

## Dossiê Mulheres na Política

*Dossier Mujeres en la Política*

*Dossier Women in Politics*

**Maria Luzia Miranda Álvares**

A democracia considerada como um dos valores mais importantes da sociedade contemporânea, por suposto, tende a estar comprometida com a igualdade e com a justa distribuição de poder entre todos/as os/as cidadãos/ãs, independente das características pessoais, identitárias e das preferências e opiniões que os/as identificam enquanto indivíduos. Entretanto, este princípio vem sendo questionado em sua origem e significado considerando o formato que assumiu em relação à presença feminina no sistema político. Se na democracia dos antigos, na Atenas democrática, as mulheres eram excluídas da cidadania ao lado dos escravos e da maioria dos estrangeiros, na democracia dos modernos, enquanto sistema representativo diferenciado da visão grega, o caráter da cidadania demonstra que essa qualidade ainda se acha em meio a tensões porque há ausência das mulheres em muitos espaços de decisão política.

A *invenção democrática* moderna definiu os direitos civis e políticos pela participação ativa dos indivíduos, considerando o direito do voto um dos arranjos institucionais da cidadania política. As mulheres não foram incluídas nestes direitos. Por isso, elas questionaram este tratamento desigual. E, paralelamente, criaram estratégias de persuasão visando ao alcance de habilidades para a eficácia deste acesso. Considerando essas proposições, observa-se que a democracia se traduz: a) como um processo

---

---

**Maria Luzia Miranda Álvares** é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e Doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. Jornalista de “O Liberal”/PA. Coordenadora do GEPEM/UFPA. Coordenadora Regional do OBSERVE.

E-mail: [luziamiranda@gmail.com](mailto:luziamiranda@gmail.com)

---

---

de organização do sistema político, com engrenagens que favorecem a participação do cidadão na *polis*; b) que o voto enquanto um forte componente num dado nível de participação política e, principalmente, na democracia representativa moderna, subsidia a participação eleitoral; c) que o direito do voto das mulheres sofreu intercorrências das barreiras culturais do sistema ao se tornar instrumento institucionalizado de inclusão na *polis* com a organização feminista desenvolvendo estratégias para a conquista do “*lugar do político*” para as mulheres; d) e que as barreiras culturais forjadas pelo sistema patriarcal, somando-se aos demais fatores do não-crescimento proporcional entre mulheres eleitoras e elegíveis, contribuíram para a baixa motivação à competição feminina por um cargo eletivo.

Assim, avaliando-se o sistema democrático representativo, vê-se que este se legitima pelo consenso que se verifica pelas eleições livres e do sufrágio universal, sendo os atores principais, neste sistema, os partidos políticos e os cidadãos e cidadãs que participam, quer com direito a eleger-se, quer com direito a eleger outrem para um determinado cargo político, em um período específico. O sistema eleitoral, que dita as regras do escrutínio, e o sistema partidário, que expressa a organização dos/as cidadãos/ãs para a conquista de cargos eleitorais, constituem as instituições mais importantes para o desempenho da participação via representação política formal.

Considerando todas essas nuances presentes na democracia representativa que se inscrevem em pleno século XXI, a proposta deste **Dossiê Mulheres na Política** é avaliar as tendências do sistema político brasileiro no momento em que, pela primeira vez, tem-se uma mulher, Dilma Rousseff, como presidenta do Brasil, cargo máximo de uma República de 122 anos (1891-2013).

O olhar metodológico para o enfoque de estudiosas/os desse tema considerando o objeto de análise, parte de um problema: sub-representação feminina na política formal, com vistas a compreender esse fenômeno. Repassa uma abordagem do problema utilizando-se de pesquisas classificadas como **qualitativas e quantitativas**. Justifica-se

este enfoque, devido à recorrência aos meios de avaliar quantitativamente o problema, com base no crescimento ou não do número de mulheres na política formal, tanto no Brasil quanto nos demais países, usando-se, regularmente, o sistema de agregação de dados eleitorais de candidaturas e de eleitas no âmbito parlamentar e majoritário, algumas vezes comparando esses dados, em série histórica. Nessa argumentação de que os números agrupados fragilizam o olhar para a constituição das personagens femininas no campo político, supôs-se que uma outra metodologia de abordagem empírica contribuiria para o conhecimento do perfil mais substancial das mulheres que concorrem e/ ou são exitosas nos cargos eletivos. Dessa forma, o estudo da cidadania feminina, neste dossiê, traz significativas contribuições de outros campos de análise transitando entre enfoques sobre a histórica cultura patriarcal e a situação de gênero na sociedade democrática contemporânea, quer seja em dados agrupados configurando-se a dimensão deficitária na escalada ao poder político e/ ou em informes teóricos sobre o acúmulo de capital político na dimensão pessoal, além do papel do coletivo (no caso, dos movimentos de mulheres) em se tornar mediador nesse percurso entre o privado e o público, facilitador da conquista dos direitos humanos.

Jussara Reis Prá, partindo de uma questão de Cecília Lavallo (2010, p. 1): *“Por que as mulheres querem governar?”*, me perguntaram um dia. Não todas, respondi, e em caso afirmativo, por que não?, analisa a cidadania feminina e os avanços que esta conquistou, em trajetória de muitos obstáculos culturais, com preeminência da luta feminista, e evidencia, no plano da democracia representativa, quais estratégias e ações seriam necessárias para incluir, na reforma política, a implantação de lei da paridade como eixo de ampliação da presença feminina, em nível mundial, da representação das mulheres nos espaços de decisão política. E considera necessário um “ativismo constante para garantir o exercício efetivo dos direitos políticos femininos”.

Analisando as propostas da Reforma Política debatidas no Brasil, Clara Maria Araújo resume alguns dos temas clássicos da democracia representativa que têm propiciado avaliações pontuais de teóricas feministas. São eles: os referentes aos sistemas políticos e eleitorais; os

tipos de sistemas de representação política e os que são mais ou menos “amigáveis às mulheres”; o financiamento de campanha; o sistema de votação em listas e o processo de reeleição. A autora aponta os limites das propostas aprovadas no ano de 2013 para as eleições de 2014, no Brasil. E considera que essas mudanças poderiam alterar o quadro da sub-representação feminina.

Propiciando avaliar o quadro das eleições no Brasil e o desempenho das mulheres para as Câmaras Municipais em 2012, Thais Baptista Lino, José Eustáquio Diniz Alves e Denise Britz do Nascimento Silva argumentam, inicialmente, com base em Tabak, 2002, Avelar, 2001 e Blay 1994, sobre as raízes históricas da desigualdade de gênero evidenciadas por um *status quo* clássico, no qual as mulheres tinham presença refratária aos espaços de poder e integradas/associadas à assistência familiar e/ou em funções subalternas da sociedade patriarcal. Neste recorte, ao serem avaliadas as conquistas femininas para a ascensão à cidadania política, desde a conquista do direito do voto em 1932 às cotas partidárias de 1995, observam que ainda se mantém o *déficit* democrático de gênero, visto que as mulheres continuam sub-representadas. Considerando o marco dos 80 anos de conquista do direito ao voto feminino, e tendo uma mulher na presidência da República no Brasil, os autores exploram, por meio de um quadro, no qual registram as características individuais das candidatas e as características dos municípios brasileiros, “a importância dos fatores socioeconômicos e da política de cotas para a diminuição da desigualdade de gênero nas eleições municipais.”

Utilizando a metodologia quali-quantitativa, Luzia Álvares apresenta o resultado de uma pesquisa realizada no período de 2008-2010, analisando os recursos pessoais acumulados e o padrão de representatividade social construído pelas associadas de alguns movimentos de mulheres paraenses. A ação nestes movimentos contribui com as demandas por políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e dos residentes nos seus locais de moradia. Esta atuação se torna um fator de incentivo para a carreira político-partidária dessas associadas. Entretanto,

vale ressaltar que, embora esses fatores influenciem o empoderamento feminino, estas mulheres não se interessam pela competição eleitoral.

Como atuam as parlamentares dos municípios de Senador La Roque e Chapadinha, no Maranhão? Esse é o mote de Mary Ferreira ao analisar a ação de parlamentares municipais em 2012, nessas duas cidades maranhenses. Apresenta dados parciais da pesquisa “Ação Política de Vereadoras e Prefeitas no Maranhão” (2010-2012), baseando-se numa série histórica demonstrativa da presença de mulheres exitosas nesses distritos, em relação ao número de cadeiras ocupadas por homens, o que evidencia a sub-representação feminina. Para tratar da atuação das parlamentares, faz, inicialmente, um interessante painel sobre o cenário brasileiro e das Câmaras Municipais a partir dos anos setenta, considerando estes espaços de poder como locais que oportunizam “a discussão e/o confronto de ideias no plenário, mediante conhecimento sobre determinados problemas que afetam o município.” E avalia os projetos propostos pelas vereadoras maranhenses que trataram da situação feminina afirmando que parte deles “teve como estratégias transformar as relações de gênero, embora grande parte não tenha sido aprovada.”

Outro cenário eleitoral presente no **Dossiê Mulheres na Política** é composto por Maria Lúcia Moritz e Rosangela Schulz, ensejando as discussões sobre a sub-representação feminina na política formal. Com base no resultado das eleições gerais de 2010, no Rio Grande do Sul, as autoras avaliam, comparativamente, o desempenho das candidaturas à Câmara de Deputados, utilizando a categoria gênero como fator desse cotejo. Inicialmente, compõem um quadro de análises sobre a situação das mulheres na política, revisando a literatura de autoras nacionais e suas contribuições ao debate em três eixos: a atuação do movimento feminista; as políticas de ação afirmativa, suas possibilidades e limites; e os dados explicativos para a baixa presença feminina em cargos eletivos pós-cotas, eixo no qual inserem o artigo. Considerando um panorama geral sobre a disputa eleitoral no Rio Grande do Sul, em 2010, o texto evidencia os quadros de exitosos/as ao parlamento federal, demonstrando que as mulheres demandam um número insignificante de cadeiras nesse cargo e

continuam com as mesmas dificuldades de se elegeram para o legislativo, a apesar da lei de cotas. As autoras concluem que as que se elegem apresentam carreiras políticas tradicionais, aproximando-se do perfil dos “profissionais” da política.

Uma análise reveladora está exposta no texto que fecha este dossiê, subsidiada por procedimentos metodológicos aplicados para avaliar os espaços privados de convivência e a arena pública e política, em que transitam as mulheres no poder. Neste sentido, Nilson Almeida de Sousa Filho e Maria Luzia Álvares, inicialmente, discorrem sobre “a teoria democrática contemporânea considerando os aspectos de participação, competição e representação política feminina, com base na teoria de gênero e na de espaço social.” E com base em metodologia de história de vida, examinam significativa amostra de mulheres paraenses eleitas no pleito eleitoral de 2008 (vereadoras e prefeitas), mapeando os antecedentes sociais delas e suas formas de acesso ao espaço de representação parlamentar e/ou majoritário assumido. Desse modo, Nilson e Luzia evidenciam aspectos poucos conhecidos sobre as eleitas, configurados como elementos de sedução para o eleitorado, quais sejam: a trajetória pessoal e os vínculos e motivações para a competição eleitoral. Concluem demonstrando que se trata de mulheres com acúmulos significativos de capital social.

Como se observa, todas as discussões apresentadas neste dossiê envolvem estudos recentes visando à compreensão do que ainda é desconhecido e/ou de um conhecimento delineado em várias vertentes referentes à reprodução da baixa proporção de mulheres, que ocupam cadeiras nos parlamentos e nos cargos majoritários nacionais, estaduais, municipais.

Embora presentemente no Brasil haja mulheres em pontos-chave da administração pública, incluindo uma presidenta da República, Dilma Rousseff, e dez Ministras de Estado, a bancada feminina na Câmara de Deputados apresenta 8,77% do total de 512 membros e 14,1% no Senado, dentre os 81 lugares. O que as/os autoras/es evidenciam é que, ainda, há que ser averiguados os pontos de estrangulamento da presença das mulheres nos espaços de poder.